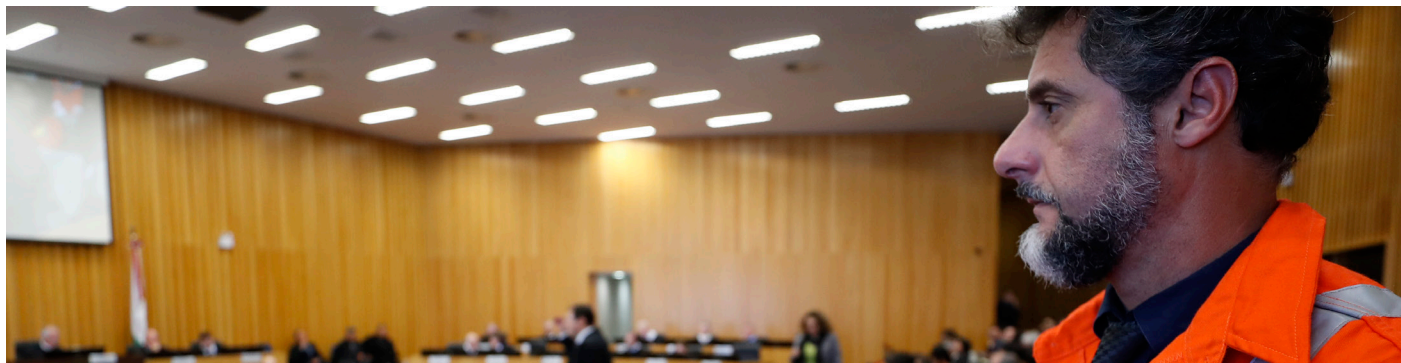


# Petroleiros da Amazônia

Boletim do Sindipetro PA AM MA AP nº 38 - 27 de setembro 2019



## FNP AO TST: PETROBRAS DEVE INDICAR SE ACEITA PROPOSTA DO TRIBUNAL

*Federação envia documento solicitando que empresa apresente minuta de ACT*

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) se manifestou ante o Tribunal Superior do Trabalho (TST), nessa sexta-feira, 27 de setembro, solicitando que a corte intervenha para que a Petrobras abandone a intransigência e negocie de fato sobre o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

No documento enviado, a FNP expressa estranheza sobre o questionamento da direção da empresa ao Tribunal sobre a possibilidade de aceitar parcial da proposta do TST, dada a tradição da “empresa celebrar acordos coletivos com habitualidade e conhecer profundamente a sistemática de um Acordo Coletivo”.

“Bom pontuar que a Holding Petrobrás não passa por qualquer crise financeira ou econômica, apresenta

lucro de bilhões, sua folha de pagamento representa apenas 11% do seu faturamento, sem contabilizar os planos de demissão incentivadas que já reduziram (e reduzirão ainda mais) o quadro funcional da empresa em milhares de empregados, e, por consequência, reduzirão também seu custo funcional, que já é baixo. Não existe, portanto, justificativa para albergar a iniciativa da empresa de reduzir direitos que integram contratos de trabalho de seus empregados há décadas”, prossegue o texto enviado.

Considerando a hipótese da empresa de concordar “parcialmente” com a proposta do TST, as entidades sindicais expuseram sua discordância com a “parte” que altera o ACT atual, reduzindo direitos.

Entre elas, o índice de reajuste da Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS); a redução do valor pago para as horas extras enquanto incentiva a demissão voluntária sem reposição de mão de obra, com impacto na saúde e segurança da força de trabalho; o turno de doze horas compulsório, a retirada da garantia de aumento por antiguidade aos trabalhadores que do Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC); fim do programa jovem universitário para novas adesões; prazo de vigência do ACT de 2 anos; garantia do desconto da mensalidade sindical em folha de pagamento; além do fundo garantidor do pagamento dos contratados, que representava grande avanço contra os calotes que empresas terceirizadas.

## ASSEMBLEIAS APÓS RESPOSTA DA PETROBRAS

O documento enviado pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) traz ainda a solicitação de que seja invertida a ordem para manifestação das partes. Ou seja, a direção da Petrobras deveria, primeiramente, indicar se aceita a proposta da mediação que ela mesmo provocou, mas que em documento enviado em

24 de setembro questionou acerca da possibilidade de concordância parcial. Posteriormente, os sindicatos agendarão as assembleias para apreciação e deliberação dos termos para o novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

“Seria interessante, ainda, que no aceite patronal fosse reproduzido o inteiro teor do ACT 2017/2019, com

as alterações previstas na proposta da Vice-Presidência do C. TST, a fim de que as entidades sindicais não sejam surpreendidas no futuro após a análise da proposta nas Assembleias”, recomenda o documento.

Em virtude dessa movimentação a FNP solicitou alteração das datas e prazos fixados pelo TST para a mediação do acordo.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO SINDICAL

A Comissão Eleitoral do SINDIPETRO PA/AM/MA/AP eleita pela categoria em suas assembleias, faz saber aos interessados que nos próximos dias **18 a 28 de novembro** do corrente ano, ocorrerá a **ELEIÇÃO SINDICAL** para escolha da Diretoria Colegiada e Conselho Fiscal para o triênio 2020/2023. Serão utilizadas **05 urnas** coletoras de votos nos seguintes locais e horários:

### Período da Eleição:

18/11 a 28/11/2019

### Urnas e Locais:

Quantidade de Urnas – 05

### Locais:

**Manaus** – 02 urnas, horário de votação: 08h às 17h, exceto nas áreas industriais onde existe regime de turno.

01 fixa (Prédio UO-AM)

01 itinerante (PEA, Sindicato, Termoelétrica Tambaqui, Termoelétrica Jaraqui).

**Belém** - 02 urnas, horário de votação: 09h às 18h

01 fixa (AMBEP)

01 itinerante (Belém: prédio EDIBE, Avenida Gentil Bitencourt, 549, Edifício Torre Infinito 7º andar, Batista Campus, Transpetro Belém, Transpetro São Luís e AMAP - São Luís).

**Porto Urucu:** 01 urna (itinerante), horário de votação: 08h às 20h (Base de Apoio, Polo Arara, Aeroporto, Tucano e Vitória Régia).

As chapas concorrentes poderão ser inscritas no período de 07/10 à 16/10/2019, no horário de 8h às 12h e 14h às 17h, na sede social da entidade em Manaus na Rua Professora Cacilda Pedroso, 529, – Conjunto Canaã, Bairro Alvorada I, o edital encontra-se fixado nas sedes do Sindipetro em Manaus e Belém, bem como nos locais onde haverá urnas coletoras.

Manaus (AM), 23 de setembro de 2019

Comissão Eleitoral

## EDITORIAL

### O PRESIDENTE E A AMAZÔNIA

*O discurso é batido, conhecido de cor de Belém a Manaus e de Santarém a Macapá: um plano de desenvolvimento repleto de mentiras e violência. Foi isso que revelou o site The Intercept Brasil na última semana, mostrando documentos que comprovam o plano do governo Bolsonaro para a Amazônia. Cheio de “boas intenções”, o projeto repete erros e crimes da ditadura na região amazônica.*

*Intitulado projeto Barão do Rio Branco, a iniciativa retoma ideias do governo civil-militar: povoar áreas com o pretexto de desenvolver a região, vigiando as fronteiras internacionais. Um objetivo com três mentiras. A primeira é a de que a região não é povoada; a segunda, a de que a região precisa do desenvolvimento predatório; e a terceira, de que há uma ameaça na fronteira do Brasil. A mesma paranoia militar.*

*Na sede da Faepa, em Belém (PA), generais que compõem o governo apresentaram a iniciativa a empresários e fazendeiros do interior paraense. A proposta consiste em incentivos a grandes empreendimentos de modo a atrair populações não indígenas de outras partes do país. As revelações demonstram a incapacidade de gestão federal, que vive a iminência de sanções internacionais ao comércio brasileiro por conta do desmatamento e queimadas.*

*O governo vê como riquezas o potencial mineral e hidrelétrico, além de terras cultiváveis na região do Planalto da Guiana, ente os estados do Amapá, Roraima, Pará e Amazonas. “Tudo praticamente inexplorado” e “distante do centro do Brasil”, relata o projeto. Seriam mais três grandes obras: uma hidrelétrica em Oriximiná, uma ponte sobre o rio Amazonas e a extensão da BR-163 até o Suriname.*

*A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira é o exemplo recente: a obra acirrou conflitos e pobreza no Xingu, a energia elétrica é exportada para o Sul e o Pará fica com a conta de energia mais cara do Brasil. Novamente querem os empregos mais baixados para a população local enquanto os lucros e a riqueza dos empresários do Sul e Sudeste aumenta.*

### BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO PETRÓLEO NOS ESTADOS DO PARÁ, AMAZONAS, MARANHÃO E AMAPÁ

**BELÉM (PA)** - AV. ALCINDO CACELA, 1264, ED. EMPIRE CENTER, SALA 101, NAZARÉ, CEP: 66040-020 TELEFONES: (091) 3246-0488/ 0439; E-MAIL: SPETROPA@SINDIPETROPAAMMAAP.ORG.BR  
**MANAUS (AM)** - R. PROFª CACILDA PEDROSO, Nº 529, ALVORADA I, CEP: 69043-000 TELEFONES: (092) 3656-7860/ 3657-1395; E-MAIL: SECRETARIA@SINDIPETROPAAMMAAP.ORG.BR  
SITE: WWW.SINDIPETROAMAZONIA.ORG.BR

PUBLICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA COLEGIADA DO SINDIPETRO PA/AM/MA/AP

GESTÃO 2017-2020 “SÓ COM LUTA SE CONQUISTA – DEFENDER A PETROBRÁS É DEFENDER A SOBERANIA DO PAÍS”